



ACÓRDÃO Nº1714/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11418/2016.

Apensos: Processo nº 10853/2019.

2- Assunto: Embargos de Declaração

3- Embargante: Antônio Iran de Souza Lima

4- Advogado: Katiuscia Raika da Câmara Elias OAB/AM 5225, Simone Rosado Maia Mendes - OAB/AM A666 e Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM 12.868, Tereza Cristina Corrêa de Paula Nunes OAB/AM 4.976, Yuri Dantas Barroso OAB/AM 4.237, Alexandre Pena de Carvalho OAB/AM 4208, Clotilde Miranda Monteiro de Castro OAB/AM 8.888, Carlos edgar Tavares de Oliveira OAB/AM 5.910 e Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior OAB/AM 14.182.

5- Procurador de Contas Oficiante do Processo: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

6- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Provimento Parcial. Ciência.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

7.1. Conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Antônio Iran de Souza Lima**, em face do Parecer Prévio e Acórdão nº 63/2023 – TCE – Tribunal Pleno (fls. 5848/5851), considerando que restou demonstrado o adimplemento de todos os requisitos de admissibilidade descritos nos arts. 145 e 148, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

7.2. Dar Provimento Parcial no mérito, aos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Antônio Iran de Souza Lima**, em face do Parecer Prévio e Acórdão nº 63/2023 – TCE – Tribunal Pleno (fls. 5848/5851), conforme exposto ao longo da fundamentação do Voto, para, tão somente, sanar a omissão constatada, integrando o item 10.1 Parecer Prévio embargado que deverá apresentar a seguinte redação:

*“10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas do município de Boca do Acre, relativas ao exercício de 2015, de responsabilidade do **Senhor Antônio Iran de Souza Lima**, Prefeito Municipal, à época, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40,*



ACÓRDÃO Nº1714/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

inciso I, e art. 127, caput e §§2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, devido a permanência de irregularidades não sanadas que impactam diretamente nas Contas de Governo, discriminadas na fundamentação do voto. As quais são:

1- O descumprimento do limite global da despesa com pessoal estabelecido no art. 19, inciso III, da Lei Complementar 101/00, uma vez que o percentual atingido foi de 61,65% (sessenta e um vírgula sessenta e cinco por cento), conforme publicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre/15 em 14/07/16 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas. (Item 22 da Informação n.º 135/2018 – CI/DICAMI – 4.758/4.759);

2- O descumprimento do limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida para os gastos com pessoal do poder executivo (prefeitura, fundos, fundações, autarquias, empresas estatais dependentes) – artigo 20, III, “b”, da Lei Complementar n.º 101/2000. A Receita Corrente Líquida apresenta valores divergentes entre a Prestação de Contas Anuais e o Relatório de Gestão Fiscal. (Item 23 da Informação n.º 135/2018 – CI/DICAMI – 4.760);

3-Os Atrasos nas publicações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGFs e dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREOs de 2015. Os Demonstrativos Fiscais que compõem o RREO (6º bimestre/15) foram publicados em 11/04/16 quando o prazo limite definido nos arts. 48, caput, e 52, da Lei Complementar 101/00 foi 30/01/16. Já os Demonstrativos Fiscais que compõem o RGF (2º semestre/15) foram publicados em 14/07/16 quando o prazo limite definido nos arts. 48, caput, e 55, § 2º, da Lei Complementar 101/00 foi 30/01/16 e sem as assinaturas obrigatórias (art. 54 da mesma lei). (Item 8 da Informação n.º 135/2018 – CI/DICAMI – fls. 4.742 -, referente aos itens suscitados pela DICREA no Relatório de Gestão Fiscal);”

7.3. Dar ciência ao Sr. Antônio Iran de Souza Lima, embargante, por meio de seus representantes constituídos, acerca do teor do decisório, bem como aos demais interessados, nos exatos termos regimentais.

8- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 15 de Agosto de 2023

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos,



ACÓRDÃO Nº1714/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

11- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral